

Revelando o invisível: as experiências de discriminação racial entre estudantes universitários

Eliany Nazaré Oliveira*, Marcos Pires Campos** e Paulo Jorge de Almeida Pereira***

Resumo

A discriminação racial pode ser definida como toda distinção, restrição, preferência ou exclusão baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica. O estudo objetivou caracterizar as experiências de discriminação racial sofridas por estudantes universitários. A amostra foi composta por 751 estudantes universitários de cinco instituições do ensino superior públicas e privadas do estado do Ceará. A coleta de dados foi realizada de junho a dezembro de 2023 de forma presencial e on-line. A Escala de Experiência de Discriminação Racial foi o instrumento utilizado. A maioria dos participantes era do sexo feminino (52,5%), se autodeclararam pardos (58,5%). Os homens revelaram ter sofrido mais discriminação do que as mulheres com 32,3%, também demonstraram mais preocupação quanto aos aspectos discriminatórios (40,9%). Em relação à resposta ao tratamento injusto, 75,9% das mulheres tentam fazer alguma coisa contra isto. Esses achados destacam a importância de abordar o racismo e as respectivas consequências na vida dos estudantes universitários, bem como a necessidade de políticas e práticas que promovam a equidade e a justiça social nas universidades e na sociedade em geral.

Palavras-chave: discriminação racial; ensino superior; estudante.

Revealing the Invisible: experiences of racial discrimination among university students

Abstract

Racial discrimination can be defined as any distinction, restriction, preference or exclusion based on race, color, descent or national or ethnic origin. The study aimed to characterize the experiences of racial discrimination suffered by undergraduates. The sample consisted of 751 university students from five public and private higher education institutions in the state of Ceará. Data was collected from June to December 2023 in person and online. The Experience of Racial Discrimination scale was the instrument used. The majority of participants were female (52.5%) and self-declared as brown (58.5%). Men revealed that they had suffered more discrimination than women (32.3%) and also showed more concern about discriminatory aspects (40.9%). Regarding their response to unfair treatment, 75.9% of women try to do something about it. These findings highlight the importance of addressing racism and its consequences in the lives of university students, as well as the need for policies and practices that promote equity and social justice in universities and society in general.

Keywords: racial discrimination; higher education; student.

Revelar lo invisible: experiencias de discriminación racial entre estudiantes universitarios

Resumen

La discriminación racial puede definirse como cualquier distinción, restricción, preferencia o exclusión basada en la raza, el color, la ascendencia o el origen nacional o étnico. El estudio pretendía caracterizar las experiencias de

* Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Coordenadora Docente da Liga Interdisciplinas em Saúde Mental - LISAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6408-7243>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9795597292263465>. E-mail: elianyy@gmail.com.

** Mestrando em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Enfermeiro Assistencial no hospital Estadual Leonardo da Vinci. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9656-9140>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4306778693630024>. E-mail: e14.marcos@gmail.com.

***Doutor em Química pela Universidade Nova de Lisboa. Professor auxiliar na Universidade Católica Portuguesa, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3941-8274>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5207515122882602>. E-mail: ppereira@ucp.pt.

discriminação racial sufridas por estudantes universitários. La muestra estaba formada por 751 estudiantes universitarios de cinco instituciones de enseñanza superior públicas y privadas del estado de Ceará. Los datos se recogieron entre junio y diciembre de 2023 de forma presencial y en línea. El instrumento utilizado fue la escala de Experiencia de Discriminación Racial. La mayoría de los participantes eran mujeres (52,5%) y se autodeclaraban morenas (58,5%). Los hombres revelaron haber sufrido más discriminación que las mujeres (32,3%) y también mostraron más preocupación por los aspectos discriminatorios (40,9%). En cuanto a su respuesta al trato injusto, el 75,9% de las mujeres intentan hacer algo al respecto. Estos resultados ponen de manifiesto la importancia de abordar el racismo y sus consecuencias en la vida de los estudiantes universitarios, así como la necesidad de políticas y prácticas que promuevan la equidad y la justicia social en las universidades y en la sociedad en general.

Palabras clave: discriminación racial; enseñanza superior; estudiante.

INTRODUÇÃO

Prejulgamento, exclusão e discriminação são realidades sociais que impactam adversamente a harmonia e a qualidade de vida de comunidades marginalizadas. O preconceito envolve percepções desfavoráveis ou estereotipadas fundamentadas em atributos individuais, como origem étnica, crenças religiosas, identidade de gênero, entre outros. Essas percepções frequentemente têm as raízes em estereótipos arraigados na cultura e contribuem para manutenção de concepções distorcidas e disparidades injustas (Paluck *et al.*, 2021).

A discriminação racial persiste em várias esferas da sociedade, e o ambiente universitário não é exceção. Estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais minoritários enfrentam desafios singulares e podem ser alvo de situações discriminatórias que impactam a saúde mental. Recentemente, tem havido aumento no interesse em explorar a interligação entre discriminação racial e saúde mental entre os universitários, visando compreender os efeitos adversos e desenvolver estratégias para fomentar ambiente acadêmico inclusivo e propício ao bem-estar (Oliveira *et al.*, 2021).

A atenção à saúde mental dos estudantes universitários tem ganhado destaque, dado que o ambiente acadêmico se revela como espaço repleto de desafios singulares e situações estressantes. Pesquisas demonstram a prevalência de altos índices de estresse, ansiedade e depressão nesse grupo, impactando adversamente tanto o rendimento acadêmico quanto a qualidade de vida dos estudantes (Guimarães *et al.*, 2017).

O fenômeno do racismo emerge como elemento crucial que molda a saúde mental dos universitários. A experiência de discriminação racial pode provocar sensações de isolamento, estigma e marginalização, resultando em consequências psicológicas consideráveis (Almeida, 2019).

O racismo estrutural é uma realidade palpável que afeta inúmeras pessoas no Brasil. De acordo com Batista (2018), o racismo está arraigado nas instituições e na consciência coletiva do país. A estrutura social se revela permeada por atitudes racistas, evidenciadas pela marginalização dos negros em diversos âmbitos, seja pela falta de acesso a direitos básicos ou pela perpetuação de estereótipos culturais que os retratam como incapazes ou incivilizados.

Monteiro e Cecchetto (2009) enfatizam que os espaços públicos e as ruas são, frequentemente, palcos de incidentes de discriminação racial, especialmente contra jovens negros do sexo masculino. Além disso, os jovens negros e de baixa renda são os mais vulneráveis à violência letal, evidenciando como classe social e cor influenciam diretamente o tratamento dispensado pela sociedade brasileira. Contudo, de forma equivocada, esses fatores, muitas vezes, são utilizados como critérios para rotular indivíduos como criminosos.

Diante desse contexto, o racismo emerge como agente estressor que acarreta considerável dor e sofrimento, podendo até mesmo resultar em fatalidades, uma vez que a opressão, agressão e violência perpetradas têm impacto severo na saúde mental das vítimas. As consequências são devastadoras, como apontam Damasceno e Zanello (2018).

Diante do exposto, este artigo objetivou caracterizar as experiências de discriminação racial sofrida por estudantes aniversários.

METODOLOGIA

Este artigo é um recorte de estudo mais amplo intitulado "A Discriminação Racial e Saúde Mental nas Universidades", com abordagem exploratória, descritiva e transversal, com enfoque quantitativo, realizado em cinco instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, localizadas no estado do Ceará. As instituições foram: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Faculdade Luciano Feijão (FLF), Universidade Federal do Ceará (UFC) Campus Sobral, Faculdade 05 de Julho (F5) e Faculdade IEducare (FIED). A população-alvo foi composta por estudantes universitários matriculados nessas instituições.

A coleta de dados ocorreu de forma presencial e on-line. Na estratégia presencial, os estudantes de cada instituição eram abordados antes do início das aulas ou ao final, com a colaboração e apoio dos respectivos professores. A coleta no formato não presencial aconteceu via e-mails, WhatsApp e Instagram. Importante informar que a UVA e UFC disponibilizaram os e-mails de todos os estudantes matriculados no semestre.

Os instrumentos de coleta de dados foram organizados e disponibilizados pelo *Google Forms*, incluindo itens sobre informações sociodemográficas e a Escala de Experiências de Discriminação Racial, instrumento que permite mensurar experiências discriminatórias com base em etnia, raça ou cor da pele, publicada, primeiramente, em 1990, no estudo *Coronary Artery Risk Development in Young Adults*, e, posteriormente, reformulada e revalidada para população norte-americana (Krieger, 1999). A escala é composta por cinco dimensões: resposta a tratamento injusto, discriminação, preocupação, questões globais e queixa apresentada. A escala demonstrou alta confiabilidade e validade, destacando-se pela correlação significativa com outros instrumentos de avaliação de experiências discriminatórias (Fattore et al., 2018).

Os dados obtidos foram processados utilizando o Software Microsoft Office Excel para organização inicial, seguido pela análise estatística no SPSS 20.0, versão 10101131007. Para análise estatística, realizaram-se os seguintes procedimentos: estatística descritiva para análise dos dados sociodemográficos e experiência de discriminação racial no convívio social; cálculo da média (M) para a idade dos participantes; Desvio Padrão (DP); e o teste de Fisher, para realizar a correlação entre os itens da Escala de Experiências de Discriminação entre diferentes contextos e análise das preocupações em relação ao gênero. O valor de p consideravelmente baixo sugere associação significativa entre as variáveis analisadas. A incorporação do teste de Fisher viabiliza análise sólida e confiável, enriquecendo a interpretação dos dados coletados (Moore, 2009).

Quanto aos aspectos éticos, este estudo foi orientado pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que incorpora os cinco referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade (Brasil, 2012). Ao seguir as orientações da Circular nº 2/2021/CONEP sobre pesquisas em ambientes virtuais, esclarece-se que o instrumento de coleta de dados foi disponibilizado pelo *Google Forms*. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado na primeira parte do formulário eletrônico, em que os participantes puderam aceitar ou não participar do estudo após a leitura (Brasil, 2021). A pesquisa seguiu os pressupostos éticos do CNS e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UVA, conforme parecer nº 6.279.258.

RESULTADOS

A pesquisa envolveu a participação de 751 estudantes universitários, provenientes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), a Faculdade Luciano Feijão (FLF), a Universidade Federal do Ceará (UFC) Campus Sobral, a Faculdade 05 de Julho (F5) e a Faculdade IEducare (FIED).

Tabela 1 - Distribuição dos dados sociodemográficos dos estudantes universitários

		N	%
1 Gênero	Feminino	394	52,5
	Masculino	350	46,6
	Não binário	4	0,5
	Prefiro não me identificar	3	0,4
2 Idade	18 ou 19	165	22,0
	20 ou 21	188	25,1
	22 ou 23	183	24,4
	24 ou 25	94	12,6
	26 a 30	71	9,5
	Mais de 30	48	6,4
3 Raça	Parda	439	58,5
	Preta	93	12,4
	Branca	209	27,8
	Amarela	10	1,3
4 Situação civil	Solteiro	666	88,7
	Casado	48	6,4
	União estável	35	4,7
	Viúvo	2	0,3
6 Renda Familiar	menos de um salário-mínimo	168	22,4
	um salário-mínimo	146	19,4
	de 1 a 2 salários-mínimos	277	36,9
	de 2 a 5 salários-mínimos	120	16,0
	mais de 5 salários-mínimos	40	5,3
7 Qual a sua religião?	Católica	446	59,4
	Evangélica	88	11,7
	Espírita	10	1,3
	Umbanda	10	1,3
	Candomblé	1	0,1
	Ateu	37	4,9
	Não tenho religião	135	18,0
	Outras Religiões	24	3,2
	Total	751	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 1, os resultados sociodemográficos do estudo revelaram amostra diversificada em termos de gênero, idade, raça, situação civil, renda familiar e religião entre os estudantes universitários no Ceará. Em relação ao gênero, a maioria dos participantes se identificou como feminino, representando 52,5%, enquanto 46,6% masculinos, com pequena proporção se identificando como não binário 0,5% ou preferindo não revelar 0,4%.

Quanto à faixa etária, a maioria dos estudantes estava concentrada nas faixas de 18 a 21 anos, que juntas compuseram 47,1% da amostra. Mais especificamente, 22,0% dos participantes tinham entre 18 e 19 anos, enquanto 25,1% estavam na faixa etária de 20 a 21 anos. Além disso, 24,4% dos entrevistados tinham entre 22 e 23 anos, refletindo continuidade significativa na representação de estudantes jovens na pesquisa. Houve, também, presença notável de participantes com idades mais avançadas: 12,6% entre 24 e 25 anos; 9,5% na faixa de 26 a 30 anos; e 6,4% com mais de 30 anos.

Essa distribuição heterogênea de idades na amostra sugere diversidade de experiências e perspectivas que podem influenciar as percepções e vivências em relação à discriminação racial e a relação com a saúde mental no ambiente universitário. A média de idade dos participantes foi calculada em 22,8 anos, com idade mínima de 18 anos, máxima de 64 anos e desvio padrão de 5,02, indicando dispersão moderada dos dados em relação à média, implicando que as idades dos participantes variavam em torno dessa média em faixa considerável.

A maioria dos estudantes se identificou como parda, representando 58,5% do total. Em seguida, 27,8% dos participantes eram brancos, enquanto 12,4% eram pretos. A pequena parcela restante incluiu indivíduos de raça amarela, que compuseram 1,3% da amostra. Essa distribuição reflete a composição racial variada das instituições de ensino superior públicas e privadas, destacando a importância de considerar a diversidade racial, ao examinar as experiências de discriminação e a relação com a saúde mental.

Em relação ao estado civil, a maioria era solteira, representando 88,7% do total da amostra. Em seguida, parcela menor foi composta por indivíduos em união estável, correspondendo a 4,7%. Houve, também, participantes casados, totalizando 6,4%, enquanto viúvos representaram apenas 0,3%. Esses dados evidenciaram predominância de estudantes

universitários solteiros na amostra estudada, refletindo padrão comum entre jovens adultos em idade universitária.

Na análise da renda familiar dos participantes, revelou-se distribuição variada. A maioria dos estudantes universitários 58,7% possuía renda familiar que variou de menos de um até dois salários-mínimos. Mais especificamente, 22,4% tinham renda inferior a um salário, 19,4% recebiam exatamente um salário, e 36,9% possuíam renda entre um e dois salários-mínimos. Por outro lado, 16% dos participantes relataram renda familiar de dois a cinco salários-mínimos, enquanto 5,3% possuíam renda superior a cinco salários. Esses dados demonstraram diversidade econômica significativa entre os estudantes entrevistados, com proporção considerável, enfrentando desafios relacionados à renda familiar mais baixa.

Já quanto à religião, a maioria dos estudantes universitários (59,4%) se identificou como católica, seguida por 11,7% que se identificaram como evangélicos. Além disso, 18% dos participantes afirmaram não ter religião, enquanto 4,9% se declararam ateus. Religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, representaram pequena parcela na amostra, com 1,3% cada. Outras religiões somaram 3,2% dos participantes. Essa diversidade religiosa reflete diferentes contextos de crença e não crença entre os estudantes universitários.

Escala de Experiências de Discriminação

A dimensão Experiências de Discriminação contém nove itens e todas as variáveis foram dicotomizadas: a opção de resposta nunca formou uma nova categoria indicativa de baixa exposição à discriminação e as opções de resposta uma vez, duas vezes ou 3 vezes e 4 ou mais vezes formaram outra categoria indicativa de alta exposição à discriminação racial.

Tabela 2 - Apresentação da experiência de discriminação racial vivenciadas por estudantes universitários no convívio social

Convívio social	Baixa Exposição		Alta Exposição	
	N	%	N	%
a) Na escola	511	68,0	240	32,0
b) Ao procurar emprego	664	88,4	87	11,6
c) No trabalho	663	88,3	88	11,7
d) Ao comprar uma casa	730	97,2	21	2,8
e) Procurando cuidados médicos	694	92,4	57	7,6
f) Solicitando serviço em loja ou restaurante	608	81,0	143	19,0
g) Ao pedir crédito ou empréstimo bancário	724	96,4	27	3,6

Convívio social	Baixa		Alta	
	Exposição		Exposição	
	N	%	N	%
h) Na rua ou em estabelecimento público	574	76,4	177	23,6
i) Pela Polícia ou no Fórum	690	91,9	61	8,1

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 2 apresenta a exposição à discriminação racial em diversos contextos. Em ambientes escolares, a maioria dos estudantes (68,0%) relatou ter enfrentado baixa exposição à discriminação racial, enquanto parcela significativa (32,0%) indicou ter vivenciado altos níveis dessa forma de discriminação. Isso sugere que, apesar de esforços educacionais, a discriminação racial continua a ser realidade presente dentro das instituições de ensino.

No contexto profissional, os dados mostraram que a grande maioria (88,3%) dos respondentes experimentou baixa exposição à discriminação racial, comparada a 11,7% que relataram alta exposição. Esses números destacaram que, embora a discriminação no local de trabalho não tenha sido tão prevalente quanto em outros ambientes, ainda constatou minoria significativa que enfrenta esses desafios.

Ao analisar a compra de imóveis, os resultados mostraram disparidade ainda maior, com 97,2% dos participantes relatando baixa exposição à discriminação racial e apenas 2,8% enfrentando altos níveis dessa discriminação. Isso indica que, em transações imobiliárias, a discriminação racial foi extremamente rara entre os respondentes, refletindo, talvez, políticas mais regulamentadas e menos propensas a vieses raciais.

No entanto, ao solicitar serviços em lojas ou restaurantes, parte significativa dos respondentes (19,0%) mencionou alta exposição à discriminação racial, em comparação com os 81,0% que experienciaram baixa exposição. Isso sugere que ainda existem desafios substanciais na interação cotidiana com serviços comerciais, em que a discriminação racial pode ser problema persistente para alguns indivíduos.

Em situações envolvendo a polícia ou o sistema judiciário, a maioria (91,9%) relatou baixa exposição à discriminação racial, com apenas 8,1% enfrentando altos níveis dessa discriminação. Isso indica relativa confiança nas instituições legais por parte dos respondentes, embora minoria ainda se depare com discriminação racial nessas circunstâncias.

Tabela 3 - Relação entre os itens da Escala de Experiências de Discriminação com o gênero em estudantes universitários

Resposta a tratamento injusto	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não-binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		Fisher	p
	N	%	N	%	N	%	N	%		
I) Se você sente que está sendo tratado injustamente, você geralmente:									5,210	0,122
a) Aceita isto como um fato da vida	95	24,1	85	24,3	3	75,0	1	33,3		
b) Tenta fazer alguma coisa contra isto	299	75,9	265	75,7	1	25,0	2	66,7		
II) Se você está sendo tratado injustamente, você geralmente:									8,909	* 0,020
a) Fala com outras pessoas sobre isto	316	80,2	259	74,0	2	50,0	1	33,3		
b) Guarda isto consigo mesmo	78	19,8	91	26,0	2	50,0	2	66,7		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 3 apresenta as respostas dos participantes em relação à percepção de tratamento injusto, no primeiro item, que aborda como os indivíduos, geralmente, reagem ao serem tratados injustamente, observou-se que proporção significativa tanto de mulheres (75,9%) quanto de homens (75,7%) tende a tentar fazer algo contra a injustiça. Já entre os indivíduos não binários, parcela menor (25,0%) adotava essa postura, enquanto aqueles que preferiram não se identificar, mostraram variabilidade maior, com 66,7% tentando fazer algo.

No segundo item, que investiga se os entrevistados costumavam falar com outras pessoas sobre a injustiça percebida, a maioria das mulheres (80,2%) e dos homens (74,0%) revelou que sim. Por outro lado, parte considerável dos não binários (50,0%) e daqueles que preferiram não se identificar, 33,3% escolheram guardar para si mesmos essas experiências.

A análise estatística utilizando o teste de Fisher revelou associações significativas entre o gênero e as respostas à injustiça percebida, valores de *p* destacados indicaram associações estatisticamente significativas entre o gênero (feminino, masculino, não binário, prefiro não identificar) e as respostas às questões sobre tratamento injusto. No segundo item (II)

da tabela, o valor de p (*0,020) sugeriu que a diferença nas respostas entre os grupos de gênero (falar com outras pessoas versus guardar para si mesmo) não ocorreu por acaso. Isso significa que as diferenças observadas na maneira como os indivíduos reagem à injustiça teve base estatisticamente significativa associada à identidade de gênero.

Portanto, o teste de Fisher e o valor de p ajudam a validar que as variações nos padrões de resposta não são aleatórias, mas associadas às diferentes identidades de gênero dos entrevistados, fornecendo *insights* importantes sobre como as pessoas lidam com situações percebidas como injustas, de acordo com a identidade de gênero.

Tabela 4 - Experiência de discriminação em diferentes contextos por gênero

Discriminação	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não-binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		Fisher	p
	N	%	N	%	N	%	N	%		
... sofreu a experiência de discriminação, ... por causa da sua raça, etnia ou cor?									7,405	* 0,039
Não	279	70,8	237	67,7	2	50,0	0	0,0		
Sim	115	29,2	113	32,3	2	50,0	3	100,0		
a) Na escola,									7,330	* 0,041
baixa exposição	276	70,1	233	66,6	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	118	29,9	117	33,4	2	50,0	3	100,0		
b) Ao procurar emprego									9,557	* 0,018
baixa exposição	357	90,6	303	86,6	2	50,0	2	66,7		
alta exposição	37	9,4	47	13,4	2	50,0	1	33,3		
c) No trabalho									4,960	0,133
baixa exposição	351	89,1	307	87,7	2	50,0	3	100,0		
alta exposição	43	10,9	43	12,3	2	50,0	0	0,0		
d) Ao comprar uma casa									6,566	0,116
baixa exposição	388	98,5	335	95,7	4	100,0	3	100,0		
alta exposição	6	1,5	15	4,3	0	0,0	0	0,0		
e) Procurando cuidados médicos									5,921	0,102
baixa exposição	362	91,9	327	93,4	3	75,0	2	66,7		
alta exposição	32	8,1	23	6,6	1	25,0	1	33,3		
f) Solicitando serviço em loja ou restaurante									7,487	* 0,040
baixa exposição	326	82,7	279	79,7	2	50,0	1	33,3		
alta exposição	68	17,3	71	20,3	2	50,0	2	66,7		

g) Ao pedir crédito ou empréstimo bancário									6,648	0,081
baixa exposição	383	97,2	335	95,7	4	100,0	2	66,7		
alta exposição	11	2,8	15	4,3	0	0,0	1	33,3		
h) Na rua ou em estabelecimento público									6,925	* 0,050
baixa exposição	311	78,9	260	74,3	2	50,0	1	33,3		
alta exposição	83	21,1	90	25,7	2	50,0	2	66,7		
i) Pela Polícia ou no Fórum									20,047	*** 0,000
baixa exposição	377	95,7	308	88,0	3	75,0	2	66,7		
alta exposição	17	4,3	42	12,0	1	25,0	1	33,3		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 4, os dados revelaram que 29,2% das mulheres e 32,3% dos homens relataram ter sofrido discriminação racial ($p = 0,039$). Essa diferença não significativa estatisticamente sugere que ambos os sexos experimentaram níveis similares de discriminação racial, embora os homens tendam a relatar pouco mais frequentemente.

Ao desagregar por contextos específicos, como na busca por emprego, observou-se que 90,6% das mulheres que relataram baixa exposição à discriminação, comparadas a 86,6% dos homens ($p = 0,018$). Isso sugere que as mulheres podem estar mais propensas a relatar discriminação durante o processo de busca por emprego, mesmo em níveis relativamente baixos de exposição, destacando a sensibilidade deste grupo em contextos de seleção profissional.

Achado significativo é encontrado ao examinar a interação com a polícia ou em fóruns judiciais, em que 95,7% das mulheres, em comparação com 88,0% dos homens, relataram ter sido discriminadas ($p < 0,001$). Essa disparidade substancial evidenciou clara desigualdade na forma como diferentes grupos são tratados nessas instituições, indicando necessidade urgente de políticas e práticas que abordem essas disparidades.

Além disso, ao analisar outras situações como solicitar crédito bancário, observou-se que 97,2% das mulheres relataram discriminação em comparação com 95,7% dos homens ($p = 0,081$). Embora a diferença não seja estatisticamente significativa, destacou tendência semelhante de altos níveis de discriminação percebida em ambos os sexos nesse contexto específico.

Tabela 5 - Apresentação das experiências de discriminação racial, uma análise das preocupações e o gênero de estudantes universitários

Preocupação	Feminino (N=394)		Masculino (N=350)		Não binário (N=4)		Prefiro não identificar (N=3)		Fisher	p
	N	%	N	%	N	%	N	%		
a) Quando você era criança ou adolescente (menor de 18 anos), você se preocupava com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?									5,486	0,099
baixa exposição	134	34,0	143	40,9	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	260	66,0	207	59,1	2	50,0	3	100,0		
b) No último ano, você se preocupou com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?									1,875	0,631
baixa exposição	118	29,9	109	31,1	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	276	70,1	241	68,9	2	50,0	3	100,0		
c) No último ano, você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?									4,669	0,177
baixa exposição	187	47,5	146	41,7	2	50,0	0	0,0		
alta exposição	207	52,5	204	58,3	2	50,0	3	100,0		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 5, a análise dos dados referentes às preocupações dos participantes em relação a tratamentos injustos, devido à raça ou cor da pele revelou variações significativas entre os grupos de gênero. Na questão sobre a preocupação com o tratamento injusto de pessoas do mesmo grupo racial durante a infância ou adolescência, os resultados indicaram que 66,0% das mulheres e 59,1% dos homens relataram alta exposição a essa preocupação, enquanto 50,0% das pessoas não binárias e 100,0% daqueles que preferiram não se identificar também demonstraram alta exposição. O teste de Fisher apresentou valor p de 0,099, indicando que não

houve associação estatisticamente significativa entre o gênero e a preocupação com o tratamento injusto durante a infância ou adolescência.

Quando se analisa a preocupação no último ano com o tratamento injusto de pessoas do mesmo grupo racial, 70,1% das mulheres e 68,9% dos homens relataram alta exposição, enquanto 50,0% das pessoas não binárias e 100,0% daqueles que preferiram não se identificar relataram alta exposição. O valor p de 0,631 indicou que também não houve associação estatisticamente significativa entre o gênero e a preocupação com o tratamento injusto no último ano.

Por fim, ao considerar a preocupação no último ano com experiências pessoais de tratamento injusto, em razão da raça ou cor da pele, 52,5% das mulheres e 58,3% dos homens relataram alta exposição, enquanto 50,0% das pessoas não binárias e 100,0% daqueles que preferiram não se identificar demonstraram alta exposição. O teste de Fisher apresentou valor p de 0,177, novamente indicando que não houve associação estatisticamente significativa entre o gênero e a preocupação com experiências pessoais de tratamento injusto no último ano.

Esses resultados sugerem que, embora haja variações nas respostas de acordo com o gênero, não há evidências estatísticas suficientes para afirmar que o gênero influencia significativamente as preocupações com tratamentos injustos, devido à raça ou cor da pele, tanto durante a infância e adolescência quanto no último ano. No entanto, é notável que proporção significativa dos participantes, independentemente do gênero, relatou alta exposição a essas preocupações, destacando a relevância e a prevalência dessas experiências de discriminação racial.

DISCUSSÃO

A composição de gênero na amostra deste estudo revelou diversidade significativa, com proporção maior de participantes identificados como do sexo feminino, em comparação com o sexo masculino. Esses resultados estão alinhados com resultados de pesquisa realizada com pessoas autodeclaradas negras de várias regiões brasileira, em que 71,4% dos participantes se reconheceram como pertencentes ao sexo feminino (Oliveira *et al.*, 2022).

Em relação à faixa etária, os resultados destacaram diversidade significativa, com distribuição variada dos participantes em diferentes faixas etárias. Esses achados estão em

consonância com estudos de Oliveira *et al.* (2022), em que 59% tinham o intervalo de 21 a 25 anos de idade.

No que diz respeito à identificação racial, os resultados indicaram diversidade étnica entre os participantes, refletindo a composição racial variada da população brasileira. Esses achados são consistentes com outros estudos que também encontraram mistura heterogênea de identidades raciais em contextos educacionais (Senkevics, 2018). A proporção de estudantes que foram admitidos por meio de cotas, incluindo as baseadas em renda, raça (negros, pardos e indígenas) e pessoas com deficiência, tem aumentado progressivamente desde a implementação das políticas afirmativas em 2005. Após uma década, em 2015, essa proporção atingiu 42,5%. Nos anos subsequentes, de 2016 a 2018, essa tendência permaneceu estável, mantendo-se entre 48% e 49% (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, 2019).

No aspecto socioeconômico, 36,9% informaram renda de 1 a 2 salários-mínimos, esses resultados estão em linha com estudos anteriores, segundo a 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, 70,2% dos alunos matriculados em instituições federais de ensino superior no Brasil provêm de famílias cuja renda mensal por pessoa é de até 1 salário-mínimo, com média de renda de R\$ 640,00. Por outro lado, parcela significativamente menor, totalizando apenas 4,6% dos estudantes, pertence a famílias com renda *per capita* superior a cinco salários mínimos (FONAPRACE, 2019).

A Escala de Experiências de Discriminação é uma ferramenta psicométrica utilizada para avaliar a percepção e experiência de discriminação por parte dos indivíduos em diferentes contextos sociais, como trabalho, educação, saúde e interações cotidianas, consiste em uma série de itens que abordam diferentes formas de discriminação (Williams *et al.*, 1997).

Os resultados da presente pesquisa revelaram tendência significativa entre os participantes em relação à exposição à discriminação racial, em uma variedade de situações sociais. Em geral, observou-se que a maioria dos participantes relatou alta exposição em várias esferas da vida cotidiana, enquanto proporção substancialmente menor relatou baixa exposição.

Ao analisar situações específicas, como a busca por moradia, destaca-se que a maioria dos participantes relatou alta exposição à discriminação racial, em contraste com parcela consideravelmente menor que reportou baixa exposição. De maneira semelhante, ao examinar o processo de busca por emprego, os resultados indicaram que a maioria dos participantes (88,4%) relatou alta exposição à discriminação racial. Esta tendência se repetiu em outras situações, como no ambiente de trabalho (88,3%), ao procurar cuidados médicos (92,4%), ao solicitar serviços em lojas ou restaurantes (81,0%) e ao requerer crédito ou empréstimo bancário (96,4%).

As disparidades raciais se tornam visíveis ao examinar a dinâmica do mercado de trabalho, em que jovens pertencentes à comunidade negra enfrentam acesso desigual, com condições de trabalho precárias e desigualdades significativas, em comparação aos indivíduos brancos. O desemprego é uma realidade mais presente entre esses jovens, assim como a prevalência de trabalhos informais, remuneração inferior e ocupação de cargos subalternos, é o que apresenta no estudo de revisão de Oliveira *et al.* (2021).

Na análise realizada com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do Brasil, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em colaboração com o Ministério da Saúde, constatou-se, por meio de análise descritiva, que os relatos de discriminação por raça/cor praticada por profissionais de saúde foram mais frequentes entre indivíduos negros (pretos e pardos) (2,29%; IC95% 2,02-2,59) (Dantas *et al.*, 2019).

Com base nesses resultados, destacam-se a pervasividade da discriminação racial em diversos aspectos da vida cotidiana, bem como a importância de considerar a influência do contexto social na exposição dos indivíduos à discriminação racial. Essas descobertas fornecem *insights* cruciais para compreensão dos desafios enfrentados por grupos minoritários em ambientes universitários e destacam a necessidade de estratégias eficazes para mitigar os impactos adversos da discriminação racial na saúde mental e no bem-estar dos indivíduos.

Os resultados indicaram diferença significativa na forma como os participantes reagem e lidam com o tratamento injusto percebido, com variações notáveis entre os grupos de gênero. Observou-se que proporção significativa de participantes, tanto do sexo feminino quanto masculino, tende a tentar fazer algo contra o tratamento injusto percebido. No entanto, a proporção de respostas varia entre os grupos de gênero, sendo as mulheres a maioria. Na pergunta, que investiga como os participantes lidam quando estão sendo tratados injustamente,

os resultados mostraram que a maioria tende a falar com outras pessoas sobre a situação injusta. Novamente, houve variações nas respostas entre os pesquisados.

Esses resultados corroboram achados anteriores que destacaram a influência do gênero na percepção e reação ao tratamento injusto. Programa educacional voltado para cultura afrodescendente, implementado em instituição de ensino pública no Rio Grande do Sul, Brasil, permitiu que alunas expressassem, por meio de composições musicais, visão contundente da realidade enfrentada pela população negra brasileira. As músicas evidenciaram não apenas conscientização, como também profunda indignação, ressaltando a necessidade premente de promover consciência antirracista e cultivar educação voltada para as relações étnico-raciais (Gomes, 2021).

Pesquisa conduzida em Genebra, envolvendo 1.251 funcionários, revelou que mais da metade (57,4%) dos 385 participantes que responderam à pergunta sobre as medidas adotadas após vivenciarem situações de discriminação no ambiente de trabalho, admitiram não ter tomado atitude. As razões predominantes para essa falta de ação incluíram a desconfiança nos mecanismos de resolução de conflitos da organização, o receio de retaliação por parte da(s) pessoa(s) envolvida(s) e o temor de retaliação por parte de outros colegas (Strohmeier; Musizvingoza; Sajnani, 2024).

Estudo recente realizado por Oliveira *et al.* (2022) investigou as percepções de tratamento injusto e experiências de discriminação entre 205 indivíduos autodeclarados negros. Os resultados revelaram que apenas 12,7% dos participantes admitiram aceitar passivamente o tratamento injusto, enquanto 87,3% relataram buscar ativamente alguma forma de enfrentamento ou repressão diante dessas situações. Este achado destaca a resiliência e a determinação dessas comunidades em enfrentar a discriminação e buscar justiça social.

A pesquisa indica diferenciação significativa na experiência de discriminação entre os participantes. Ao examinar a discriminação relacionada à raça, etnia ou cor, observou-se que proporção significativa de participantes relatou ter sofrido discriminação, com variação entre os grupos de gênero, como evidenciado pelo teste estatístico de Fisher ($p = 0,039$).

Ao analisar a discriminação em contextos específicos, como procurar emprego e interação com a polícia ou no fórum, encontraram-se associações significativas entre essa experiência e o gênero dos participantes ($p = 0,018$ e $p = 0,000$, respectivamente). Isso sugere

que a experiência de discriminação pode variar entre homens, mulheres, dependendo do contexto.

Esses resultados reforçam a importância de considerar não apenas as diferenças entre os grupos de gênero, como também o contexto em que ocorre a discriminação. Para discussão mais abrangente, é importante comparar esses resultados com estudos semelhantes. Pesquisa semelhante, realizada pelo Sindicato do Pessoal das Nações Unidas, em Genebra, 1.251 participantes, com a maioria identificada como mulher, constatou que 36,0% dos homens relataram experiência pessoal e/ou testemunho de discriminação racial, sendo as mulheres 33,2%, evidenciando que os homens foram os mais atingidos (Strohmeier; Musizvingoza; Sajnani, 2024).

Destaca-se que na população negra, ainda, prevalecem os menores salários no mercado de trabalho, as mais altas taxas de analfabetismo, condições habitacionais com falta ou serviços básicos de infraestrutura precários, níveis mais elevados de pobreza e desafios mais significativos no acesso aos serviços de saúde (Silva *et al.*, 2020).

O fenômeno do racismo se assemelha a uma gangrena dialética, cuja erradicação exige busca incessante por ramificações em todos os aspectos da convivência social. De maneira interligada, o racismo não somente impacta a vida dos indivíduos, como também influencia as interações interpessoais e a estruturação da sociedade como um todo (Fanon, 2019).

Os resultados da pesquisa sobre a preocupação em relação ao tratamento injusto e à discriminação racial revelam padrões interessantes. Observou-se diferença na proporção de preocupação entre os grupos de gênero, embora essa diferença não tenha sido estatisticamente significativa ($p = 0,099$). Aproximadamente, 34% dos participantes do sexo feminino e 40,9% dos participantes do masculino relataram preocupação. Sobre a preocupação com experiências de tratamento injusto, devido à raça ou cor da pele, também não houve diferença significativa entre os grupos de gênero. Cerca de 52,5% dos participantes do sexo feminino e 58,3% dos participantes do sexo masculino relataram preocupação com essas experiências, ressaltando preocupação difundida dentro da amostra em relação às questões de discriminação racial.

Como fenômeno multifacetado e arraigado, o racismo transcende as meras interações interpessoais, estendendo-se para além das fronteiras individuais e manifestando-se também em formas institucionais e estruturais de discriminação. Além disso, é importante

reconhecer que o racismo pode ser internalizado pelos próprios indivíduos afetados, perpetuando, assim, um ciclo de opressão que permeia diversos setores da sociedade (Fattore *et al.*, 2016).

Os achados destacaram a necessidade premente de se abordar a preocupação com o tratamento injusto e a discriminação racial, transcendentemente em relação ao gênero dos indivíduos. Torna-se evidente que a comunidade negra enfrenta incessantemente experiências de discriminação racial em uma multiplicidade de contextos, compartilhando essas vivências com outros membros da sociedade. Além disso, os resultados evidenciaram a inquietação dos afrodescendentes em relação ao tratamento injusto, tanto em relação a si mesmos quanto a outros, em virtude da cor e raça. Esse panorama sublinha a urgência de medidas concretas para promover a igualdade e combater o racismo sistêmico em todas as esferas da sociedade (Oliveira *et al.*, 2022).

A problemática do racismo demanda análise abrangente nos domínios sociais, políticos, econômicos e educacionais, uma vez que evidencia processos de marginalização, opressão epistêmica e segregação, os quais são exacerbados pela carência de políticas públicas eficazes, ausência de sensibilização social e manifestações de preconceito (Tavares; Oliveira, 2023).

No entanto, é importante reconhecer algumas limitações deste estudo que podem ter influenciado os resultados, como a baixa adesão dos estudantes ao responderem ao formulário enviado por e-mail. Em razão disso, foi necessário recorrer à coleta de dados presencial, o que também apresentou desafios. Durante a pesquisa presencial, enfrentou-se resistência por parte dos estudantes em dedicar tempo para responder ao questionário. Embora se tenha implementado estratégias, como ir aos restaurantes universitários e áreas de convivência, muitos estudantes ainda relutavam em participar, preferindo utilizar o tempo para outras atividades. Essas dificuldades afetaram o tamanho da amostra.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como propósito caracterizar as experiências de discriminação racial sofrida por estudantes universitários. Com base nos resultados apresentados, concluiu-se que a discriminação racial é uma realidade persistente enfrentada por estudantes universitários, em diversas esferas da sociedade, com implicações significativas para a saúde mental e o bem-

estar destes. A pesquisa revelou que proporção substancial de participantes relatou experiências de discriminação em vários contextos sociais, incluindo busca por emprego, interação com a polícia e fórum, entre outros. Além disso, os resultados destacaram diferenças na percepção e experiência de discriminação entre os grupos de gênero, enfatizando a importância de abordagens sensíveis ao gênero, ao lidar com questões de discriminação racial.

A preocupação com o tratamento injusto e a discriminação racial também foi amplamente observada entre os participantes, indicando conscientização generalizada sobre as injustiças enfrentadas por indivíduos de grupos raciais minoritários. Essas preocupações têm implicações significativas para o bem-estar psicológico dos estudantes universitários.

Esses achados fornecem *insights* importantes para informar políticas e práticas destinadas a combaterem a discriminação racial e promoverem a equidade e a justiça social nas universidades e na sociedade em geral. Ao reconhecer e abordar as disparidades raciais existentes, pode-se trabalhar para criar ambiente mais justo e igualitário, em que todos os indivíduos tenham a oportunidade de prosperar e alcançar o pleno potencial acadêmico e pessoal.

Este estudo destaca a importância de reconhecer e enfrentar o racismo e as respectivas ramificações nos estudantes universitários. Ao compreender melhor as experiências de discriminação racial enfrentadas por esses alunos, podem-se desenvolver estratégias mais eficazes para promover ambiente acadêmico inclusivo e acolhedor, em que todos os alunos se sintam capacitados a ter sucesso e alcançar os objetivos educacionais e profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. [S. l.]: Editorial LTDA, 2019.

BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2581-2589, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício Circular no 2/2021/CONEP/SECNS/MS**. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos **Diário Oficial**

- da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 37-39, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018.
- DANTAS, M. N. P. *et al.* Prevalência e fatores associados à discriminação racial percebida nos serviços de saúde do Brasil. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 32, p. 1-11, 2019.
- FANON, F. **Defesa da Revolução Africana**. São Paulo: Ciências Revolucionárias, 2019.
- FATTORE, G. L. *et al.* Personal-Level and Group-Level Discrimination and Mental Health: the Role of Skin Color. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, Cham, v. 5, n. 5, p. 1033-1041, 2018.
- FATTORE, G. L. *et al.* Validade de constructo da escala Experiences of Discrimination em uma população brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, 2016.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) da IFESANDIFES**. Brasília: ANDIFES, 2019.
- GOMES, G. T. “Nosso lema é fazer rima, ouve a batida, escuta nossa voz que vemromper o silêncio causado pelo racismo atroz”: a lei 10.639/03 e as reflexões de estudantes por meio da música. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 43, p. 128–152, 2021.
- GUIMARÃES, M. R. *et al.* Estilo de vida e fatores associados entre estudantes universitários. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 11, p. 3228-3235, 2017.
- KRIEGER, N. Embodying inequality: A review of concepts, measures, and methods for studying health consequences of discrimination. **International Journal of Health Services**, Westport, v. 29, n. 2, p. 295-352, 1999.
- MONTEIRO, S.; CECCHETTO, F. Cor, gênero e classe: Dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 32, p. 301-329, 2009.
- MOORE, D. S. **Introduction to the Practice of Statistics**. [S. l.]: WH Freeman and company, 2009.
- OLIVEIRA, E. N. *et al.* “A cor da minha pele me define”: Experiências de Discriminação Racial sofridas por negros. **Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 30, p. 505-523, 2022.
- OLIVEIRA, E. N. *et al.* Discriminação racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e214101422013, 2021.
- PALUCK, E. L. *et al.* Prejudice Reduction: Progress and Challenges. **Annual Review of Psychology**, [S. l.], v. 72, p. 533-560, 2021.
- SENKEVICS, A. S. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. e182839, p. 1-23, 2018.
- SILVA, N. N. *et al.* Access of the black population to health services: integrative review. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 4, 2020.

STROHMEIER, H.; MUSIZVINGOZA, R.; SAJNANI, N. Racial discrimination within United Nations offices in Geneva: Results from an online survey. **PLoS ONE**, São Francisco, v. 19, n. 1, p. e0295715, 2024.

TAVARES, S. S.; OLIVEIRA, I. A. Racialidade e encarceramento. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 16, n. 3, p. 98-125, 2023.

WILLIAMS, D. R. *et al.* Racial differences in physical and mental health. **Journal of Health Psychology**, Londres, v. 2, n. 3, p. 335-351, 1997.

Recebido em: *Março/2024.*

Aprovado em: *Maio/2024.*